ATA DA QÜINQUAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA SEGUNDA LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1998.

Aos dezenove dias do mês de maio, do ano de mil novecentos e noventa e oito, às dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo, em sua sede, sob a Presidência do vereador José Führ, estando ainda presentes os seguintes edis: Romeo Vogel, Maria Beatris Weber Enzweiler, Paulo Froehlich, João Adelmo Welter, Marli Paulina Schaeffler Krummenauer, Ricardo Trierweiler, Rosiméri Petry Weber e Adelar Henrique Schmitt. O Presidente declarou aberta a Reunião, e solicitou de imediato, à Secretária da Mesa Diretora, vereadora Maria Beatris W. Enzweiler, a procedência da leitura da Ata da reunião anterior. Colocada em discussão, e, não havendo objeções, foi a mesma aprovada por unanimidade. Em **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**, constaram: Da Câmara Municipal de Eldorado do Sul, a nominata dos edis que integram a mesa diretora para o presente exercício. Do Assessor de Comunicação Social da Secretaria de Obras Públicas, Saneamento e Habitação, Senhor Mauro Lewa Moraes, o relatório de Atividades da Secretaria, relativo ao ano de 1997(mil novecentos e noventa e sete). Da Comissão encarregada de elaborar o Regimento Interno, o ofício nº01/98(número um barra noventa e oito), encaminhando texto do Regimento Interno. Também da Comissão, o Parecer Nº02(número zero dois), informando que receberam quatro emendas e opinando pelo recebimento das mesmas, e ainda sugerindo que fossem submetidas à apreciação do plenário. Do Poder Executivo os seguintes ofícios: Of.nº089/Gab/98,(ofício número zero oitenta e nove barra gabinete barra noventa e oito) apresentando respostas aos pedidos de informação encaminhados por meio do ofício nº067/CMV/98(número zero sessenta e sete barra Câmara Municipal de Vereadores barra noventa e oito); Of.nº096/Gab/98(ofício número zero noventa e seis barra gabinete barra noventa e oito), encaminhando o Projeto de Lei Nº017/98(número zero dezessete barra noventa e oito), que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Conselho Comunitário Pró-segurança de Presidente Lucena - CONSEPRO, e dá outras providências. Da Assembléia Legislativa os Jornais Diário da Assembléia de números: Nº7180, Nº7181, Nº7182, Nº7184, Nº7186, Nº7187, Nº7188, Nº7189, Nº7190 e Nº7191. Havendo a existência de quorum, foi iniciada a **ORDEM DO DIA**, passando-se à apreciação do Projeto de Lei Nº017/98, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Conselho Comunitário Pró-segurança de Presidente Lucena - CONSEPRO, e dá outras providências. Pediu o Presidente da Mesa Diretora, ao indicador de relator, vereador Ricardo Trierweiler, que nomeasse relator para o Projeto. Indicando esse, como relatora do Projeto, a vereadora Maria B. W. Enzweiler. Expôs no momento, o Presidente, que o referido projeto já havia sido enviado à Câmara a pouco tempo, mas que não pudera ser apreciado em virtude de erro envolvendo as parcelas a serem repassadas ao CONSEPRO. Observou o Presidente da Mesa, ainda, no instante, que considerando o CONSEPRO estar em atividade, a algum tempo e havendo a possibilidade de ser repassada verba à entidade já no próximo mês e ainda, visto o pedido de urgência do Executivo, colocou em votação o pedido de inclusão do Projeto na pauta de votações. Sendo aprovada a inclusão, por unanimidade. Também no instante, pediu o Presidente da Mesa, o parecer da relatora, vereadora Maria B. W. Enzweiler. Tendo essa se manifestado favorável ao Projeto. Comentou o vereador João A. Welter, que o presente convênio já deveria estar firmado, pois que a viatura da Brigada Militar estava em más condições. Na oportunidade, perguntou o vereador Adelar H. Schmitt, se os recursos a serem repassados em sete parcelas, se destinavam ao pagamento de um policial e para conservação da viatura. Informou o Presidente da Mesa, que também caberia ao CONSEPRO, pagar o aluguel do prédio em que estava instalado o posto da Brigada, pois que, a Prefeitura não renovara o contrato com o proprietário do imóvel. Além das despesas com manutenção do veículo da Brigada, combustível, e demais gastos do Posto. E, que a Prefeitura entregaria ao CONSEPRO os valores do convênio, mas ao final do ano, esse precisaria prestar contas da aplicação desses recursos.

Perguntou, então, o vereador Adelar H. Schmitt, se o Estado não repassava mais recursos para cobertura dos gastos do Posto Policial. Sendo respondido, que o Estado somente pagava o policial. Comentou no instante, o Presidente da Mesa, que o referido Conselho estava em atividade, e que seus membros desenvolviam as atividades gratuitamente. Pois sendo pessoas da comunidade, e que não poderiam ser remuneradas pelo trabalho que desenvolvessem no Conselho. Observou o vereador Adelar H. Schmitt, que a Prefeitura não poderia assumir tudo, pois senão, em breve, teria até que pagar o salário dos policiais. Concordando com o mesmo, o Presidente da Mesa, e dizendo, que a comunidade também estava colaborando, por meio de pequenas contribuições mensais. Colocado em votação o Projeto, foi o mesmo aprovado por unanimidade em 1ª(primeira) votação. Após, falou o Presidente da Mesa Diretora, que considerando que a Comissão devolvera à Mesa o Projeto do Regimento Interno e manifestara-se pelo recebimento das emendas, poderiam ser essas, apreciadas pelo plenário. Mas considerando que os vereadores que não integraram a Comissão, não estarem à par do texto das emendas, seriam essas e o projeto de Regimento Interno, apreciados na próxima sessão, permitindo assim um melhor estudo. No instante, expôs o vereador Adelar H. Schmitt, que mesmo o Projeto de Lei nº17/98(número dezessete barra noventa e oito) ter sido votado, gostaria que lhe fosse esclarecido o conteúdo do parágrafo único do artigo 1º(primeiro). Comentou, que se fossem pagas sete parcelas de R\$800,00(oitocentos reais) chegaria-se ao valor de R\$5.600,00(cinco mil e seiscentos reais), e mais os R\$1.200,00(um mil e duzentos reais) da primeira parcela, teria-se o montante de R\$6.800,00(seis mil e oitocentos reais). Observou o Presidente da Mesa, que a primeira parcela das sete seria de R\$1.200,00(um mil e duzentos) e as outras seis restantes, de R\$800,00(oitocentos reais) cada, totalizando o montante de R\$6.000,00(seis mil reais) apresentado no projeto. Falou o Presidente da Mesa Diretora, que devido a erro no número de parcelas, o projeto não pudera ser apreciado antes. Passando-se às **EXPOSIÇÕES PESSOAIS**, pediu o Presidente da Mesa Diretora, vereador José Führ, aos edis que, apresentassem suas reivindicações. Iniciando o vereador Adelar H. Schmitt, que apresentou o ofício nº012/AHS/98(número zero doze barra noventa e oito). Solicitando nesse, que após ouvido o plenário, fosse encaminhado ao Poder Executivo, o pedido de informação N°008/98(zero zero oito barra noventa e oito). Neste, solicitando que a Administração fornecesse cópia dos projetos de construção da quadra de futebol sete da localidade de Nova Vila e das paradas de ônibus, e ainda, informasse os custos de cada e a data do pagamento, além da quantidade de abrigos a serem construídos. Colocado em discussão, ninguém se manifestou. Passando-se à votação do encaminhamento, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Seguindo, apresentou, a vereadora Rosiméri P. Weber, o ofício nº007/RPW/98(número zero zero sete barra noventa e oito), solicitando que após ouvido o plenário, fosse enviado o Pedido de Informação N°007/98(número zero zero sete barra noventa e oito) e as indicações N°006/98(número zero zero seis barra noventa e oito) e N°007/98(número zero zero sete barra noventa e oito), anexos, ao Poder Executivo. Solicitando a edil, no pedido de informação, que a Administração informasse se mantêm convênio com médicos que atendem em seus consultórios, os valores pagos por consulta e as normas que regem os mesmos. Colocado em discussão, comentou a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que realmente a Administração Municipal, havia firmado convênios com especialistas, pois não seria possível contratar médico, em cada especialidade para atender no Município. E que por meio dos convênios, a população pagava parte da consulta. Perguntou a vereadora Rosiméri P. Weber, se a outra parte, a Prefeitura pagava. Respondeu a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que não sabia ao certo como haviam sido firmados os convênios, e que certamente seria parecido com a forma como fábricas firmavam, pois via-se tanto por aí, empresas firmando convênios para oferecer atendimento médico. Disse a vereadora Rosiméri P. Weber que geralmente nestes casos o funcionário pagava parte, e a empresa o restante. Comentou no instante, a vereadora Marli P. S. Krummenauer, que no caso do convênio com o pediatra Dobino, de Estância Velha, a Prefeitura pagava mais que a metade do valor da consulta. Pois conforme informações, o valor de consulta era de R\$70,00(setenta reais),

enquanto que a população precisava pagar somente R\$30,00(trinta reais). Falou também, no instante a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que os médicos faziam preço reduzido da consulta, já que a Prefeitura encaminhando, tinham maior clientela. Comentou o vereador Adelar H. Schmitt, que várias pessoas já lhe perguntaram sobre esses convênios. Expôs, a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que a Prefeitura não pagava essa diferença de R\$40,00(quarenta reais) no caso citado anteriormente. Pois o médico, quando do encaminhamento de paciente pela Prefeitura, cobrava valor mais baixo, considerando o maior número de atendimentos. Ressaltou a vereadora Rosiméri P. Weber, que no caso de convênio, geralmente alguém pagava a metade, e outro o restante. E que a forma de funcionamento, deveria ser melhor divulgada. Disse a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que estava sendo divulgado através de jornal e cartazes que a Prefeitura firmara os convênios. Observou a vereadora Rosiméri P. Weber, que não estava sendo informado o valor das consultas. Comentou o vereador Adelar H. Schmitt, que muitas pessoas achavam, por se tratar de convênio, que o atendimento seria gratuito, e portanto, divulgar os valores das consultas, seria importante. Considerando que, no caso dos convênios com os hospitais, o atendimento estava sendo gratuito. Falou a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que não seria possível oferecer gratuitamente, serviços médicos em todas as especialidades. Ressaltou a vereadora Rosiméri P. Weber, que não era isso que estava solicitando, pois somente queria que fossem feitos alguns esclarecimentos sobre os convênios. Comentou o Presidente da Mesa Diretora, que seria importante que fossem divulgados os convênios para que a população tomasse conhecimento. Falou o vereador Adelar H. Schmitt, que quando da publicação em jornal, anunciando a celebração de convênio, seria conveniente que também fossem apresentados os valores das consultas em cada especialidade. Após a discussão, colocou o Presidente, em votação o encaminhamento do pedido de informação. Sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Por meio da indicação nº006/98(número zero zero seis barra noventa e oito), a edil indicou empenho da Administração Municipal, na reivindicação de recursos financeiros, ao Governo do Estado, para construção de ginásio de esportes junto à Escola de 1º Grau Guilherme Exner. em discussão, comentou a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que não tinha certeza, mas achava que o Executivo já havia feito a reivindicação. Ninguém tendo mais nada a comentar, colocou o Presidente da Mesa, o encaminhamento da indicação, em votação. Sendo o mesmo, aprovado por unanimidade. Através da indicação nº007/98(zero zero sete barra noventa e oito), indicou a vereadora Rosiméri P. Weber, a instalação de luminárias da rede de iluminação pública junto à Rua Armando Seewald, fundos da Escola de 1º Grau Guilherme Exner. E, a instalação de campinho de areia, no pátio localizado nos fundos da citada Escola. Em discussão a indicação, observou a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que não havia rede de energia elétrica no citado local, fato que impediria a instalação de luminárias. Comentou a vereadora Rosiméri P. Weber, que se fosse instalada luminária junto ao prédio escolar, nos fundos, também já seria solucionado em parte o problema. Falou o vereador José Führ, se a vereadora Rosiméri P. Weber estava se referindo à instalação de luminária na esquina da Rua do Posto de Saúde. Expôs a vereadora Rosiméri P. Weber, que nesse local também poderia ser instalada, pois ajudaria na iluminação, mas que estava pedindo que instalassem próximo à escola, para que o pátio dos fundos do estabelecimento de ensino ficasse iluminado. Seguindo, colocou, o Presidente, em votação, o encaminhamento da indicação. Sendo também esse, aprovado por unanimidade. As proposições foram apresentadas pelos edis, em seqüência, lidas pela Secretária da Mesa Diretora e votadas na medida que eram lidas. Na oportunidade, convidou ainda, a vereadora Marli P. S. Krummenauer, os vereadores para prestigiarem a festa que a Comunidade Católica da localidade de Linha Nova Baixa, promoveria no dia 24(vinte e quatro), próximo, vindouro. Por último, agradeceu o Presidente da Mesa Diretora, aos munícipes, jornalista e ao Senhor Sabastião, do Município de Nova Hartz, por terem prestigiado a sessão. Como mais nada houvesse para ser deliberado, o Presidente declarou encerrada a Reunião, marcando a seguinte, em caráter ordinário, para o dia 26(vinte e seis) de maio, do corrente ano, no mesmo horário e local. E, para constar, Cesar

Alberto Karling, Secretário da Câmara, elaborou a presente Ata a qual após lida e aprovada, será subscrita pela Secretária e Presidente da Mesa Diretora.

SECRETÁRIA

PRESIDENTE